

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.753.368 - SP (2018/0174874-2)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
EMBARGANTE : GAFISA S/A
ADVOGADO : THIAGO MAHFUZ VEZZI - SP228213
EMBARGADO : TATIANA VICENTE DA COSTA
EMBARGADO : RENATA FIGUEIREDO MAIA LUZ
ADVOGADO : TATIANA VICENTE DA COSTA (EM CAUSA PRÓPRIA) - SP270162

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. REFORMA DO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE.

1. Os embargos de declaração, a teor do art. 1.022 do CPC, constitui-se em recurso de natureza integrativa destinado a sanar vício - obscuridade, contradição ou omissão -, não podendo, portanto, serem acolhidos quando a parte embargante pretende, essencialmente, reformar o decidido.
2. Embargos de declaração rejeitados.

DECISÃO

Cuida-se de embargos de declaração opostos por GAFISA S/A, contra decisão unipessoal que conheceu parcialmente do recurso especial interpostos pela embargante para dar-lhe provimento, tão somente, para afastar a sua condenação à reparação pelos danos morais (e-STJ fl. 629/633).

Em suas razões recursais, o embargante sustenta que a decisão embargada foi omissa quanto à fixação dos honorários advocatícios nos termos do art. 85, §11º, do CPC, tendo em vista o trabalho adicional realizado pelos patronos em grau recursal.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

Nos termos do art. 1.022 do CPC/15, somente é cabível o recurso de embargos de declaração nas hipóteses em que haja, no julgado impugnado, obscuridade, contradição, omissão ou erro material.

Na presente hipótese, observa-se que não houve omissão no julgado acerca da questão atinente à fixação dos honorários de sucumbência recursal, haja vista que a majoração prevista no art. 85, §11º, do CPC, , somente

é cabível nas hipóteses de não conhecimento integral ou improvimento do recurso pelo relator ou pelo órgão colegiado competente em favor do causídico da parte adversa.

Acerca do assunto, ressalte-se que a Terceira Turma do STJ, no julgamento do EDcl no AgInt no REsp 1.573.573/RJ (DJe de 08/05/2017), consolidou o entendimento no sentido de que:

Para fins de arbitramento de honorários advocatícios recursais, previstos no § 11 do art. 85 do CPC de 2015, é necessário o preenchimento cumulativo dos seguintes requisitos: Direito Intertemporal: deve haver incidência imediata, ao processo em curso, da norma do art. 85, § 11, do CPC de 2015, observada a data em que o ato processual de recorrer tem seu nascedouro, ou seja, a publicação da decisão recorrida, nos termos do Enunciado 7 do Plenário do STJ: "Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016, será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do novo CPC"; o não conhecimento integral ou o improvimento do recurso pelo Relator, monocraticamente, ou pelo órgão colegiado competente; a verba honorária sucumbencial deve ser devida desde a origem no feito em que interposto o recurso; não haverá majoração de honorários no julgamento de agravo interno e de embargos de declaração oferecidos pela parte que teve seu recurso não conhecido integralmente ou não provido; não terem sido atingidos na origem os limites previstos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do Código de Processo Civil de 2015, para cada fase do processo; não é exigível a comprovação de trabalho adicional do advogado do recorrido no grau recursal, tratando-se apenas de critério de quantificação da verba.

Na espécie, o presente recurso especial interposto pela recorrente foi parcialmente conhecido e, nesta parte, provido, não havendo que falar na majoração de honorários de sucumbência recursal por não se enquadrar nas hipóteses de cabimento.

Forte nestas razões, REJEITO os embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de fevereiro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora